Suspensão provisória do processo: uma alternativa explicada pelo advogado penal em Braga Nem todos os processos-crime precisam de terminar num julgamento. Para crimes de menor gravidade, a lei portuguesa prevê um mecanismo de consenso chamado suspensão provisória do processo. É uma solução pouco conhecida do público, mas muito utilizada na prática, e que pode evitar que alguém seja julgado e condenado, desde que cumpra determinadas condições. Para muitos clientes, é a primeira vez que ouvem falar dela, e um advogado penal em Braga costuma dedicar-lhe algum tempo na primeira reunião. A suspensão provisória é possível em crimes puníveis com pena de prisão até 5 anos ou com sanção diferente da prisão. Exige a concordância do arguido e do assistente, quando exista, e depende ainda de outros requisitos legais, relacionados com o percurso do arguido e com a culpa no caso concreto. É proposta, em regra, pelo Ministério Público durante o inquérito, com a concordância do juiz de instrução, mas também pode ser aplicada na fase de instrução. Em troca da suspensão, o arguido fica sujeito a injunções e regras de conduta durante um determinado período. Podem incluir, por exemplo, indemnizar a vítima, entregar uma quantia a uma instituição de solidariedade ou ao Estado, frequentar um programa específico, não contactar determinadas pessoas *advogado para crimes* ou, nos crimes rodoviários, não conduzir durante algum tempo. Se as injunções forem cumpridas no período fixado, o processo é arquivado e não há condenação, nem julgamento, nem discussão pública dos factos. Se não forem cumpridas, o processo retoma o seu curso normal.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para o arguido, a vantagem mais evidente é simples: evita o julgamento e a inscrição de uma condenação no registo criminal. Para a vítima, pode significar uma reparação mais rápida do que aquela que obteria no final de um processo longo. Mas a decisão de aceitar não deve ser tomada de ânimo leve. Um advogado penal analisa se as condições propostas são razoáveis e exequíveis e se, perante a prova existente, não haveria um caminho mais favorável, como o arquivamento. Na QUOR Advogados, em Braga, esta análise é feita com transparência e em linguagem clara. Tanto do lado do arguido como do lado do assistente, o cliente percebe exatamente o que está a aceitar, durante quanto tempo e o que acontece se algo correr mal. O escritório responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o Ministério Público pede uma resposta num prazo curto. Se lhe foi proposta uma suspensão provisória do processo ou quer saber se o seu caso pode ser elegível, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.